

INCLUSÃO ESCOLAR: MARCAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANTOS, E. C. F.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - erlanefelipe@gmail.com

SILVA, L. G. S.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - guaciraufn@hotmail.com

Resumo expandido: Não é estranho reconhecer que, mesmo em tempos de inclusão, o preconceito a indiferença encontram-se fortemente arraigados em comportamentos, atitudes e até mesmo em práticas pedagógicas de muitos professores que, pelo contrário, deveriam orientar e agir de modo a quebrar estigmas, discriminação e estereótipos revelados cotidianamente em sala de aula em relação a alunos com deficiência. Para a desintegração do preconceito compartilhamos do que diz Candau et al (2012, p.79) quando afirma que é preciso “[...] um processo consciente, cuidadoso e sistemático de desnaturalização, sensibilização, reflexão e ação no plano pessoal e coletivo, que trabalhe os âmbitos cognitivo, afetivo, simbólico, cultural e político-social. Logo, podemos dizer que não é algo simples nem ligeiro, uma vez que implica em questões de fundo interpsicológicos (interação social) e intrapsicológicos (resolução independente de problemas), mediatizadas por informações e formação contínua, baseadas em valores e no reconhecimento do outro como sujeito de direitos e de possibilidades. Sob essa perspectiva, o professor não fica à espera que o aluno com deficiência se desenvolva intelectualmente e de forma independente. Ao contrário, assim como faria com o aluno sem deficiência o estimula, provoca, indica e orienta os caminhos que levam ao desenvolvimento e à aprendizagem, pois compreende que há uma ação recíproca entre esses dois processos, de forma que aprendizagens impulsionam o desenvolvimento, que por sua vez gera novas aprendizagens, que impulsionam o desenvolvimento e, assim, sucessivamente (VYGOTSKY, 1998). O que exige das instituições de ensino a reestruturação de seu ambiente educacional, das práticas e atitudes pedagógicas, a revisão de conceitos e concepções para a ocorrência efetiva dos princípios que norteiam o processo de inclusão. Muitos alunos com deficiência visual quer estejam em condição de cegueira ou de baixa visão tem vivenciado, conforme pesquisa de Alves (2007) uma difícil adaptação em escolas regulares por falta de materiais específicos como:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

textos e livros em Braille ou ampliados, além de haver poucos professores com formação para atender às especificidades de acesso ao conhecimento desses alunos. Nosso estudo, portanto, se justifica e se diferencia das pesquisas citadas, porque aponta a importância de verificação de concepções e conhecimentos que professores da Ed. Infantil tem sobre deficiência visual - baixa visão como fundantes ou como influenciadoras de práticas pedagógicas preconceituosas e estigmatizadoras desenvolvidas em sala de aula. Logo, tem como objetivo analisar concepções e conhecimentos de professores da educação infantil sobre deficiência visual e as implicações destes em suas praticas pedagógicas. Neste trabalho nosso objetivo é o de apresentar, em síntese, a discussão e resultados preliminares da pesquisa científica em andamento. **Metodologia:** Utilizamos-nos, em nossa investigação, dos princípios da abordagem qualitativa do tipo Exploratória (CHIZZOTTI, 2005), desenvolvida por meio do método de Estudo de Caso (YIN, 2005) com o objetivo de analisar concepções e conhecimentos de professores da educação infantil sobre deficiência visual e as implicações destes em suas praticas pedagógicas. A unidade do Estudo de Caso é um Centro Municipal de Educação Infantil ó CMEI, de um município do Rio Grande do Norte e tem como sujeitos-participantes três (03) professores (Titular, Ed. Física, Música e Arte), que tem um aluno com baixa visão, no Nível III. Para a construção dos dados acercamos-nos da pesquisa bibliográfica em literatura especializada e pesquisa em documentos da instituição, campo de pesquisa. Aplicamos a entrevista semiestruturada e a observação direta (Gil (2008) com registro em Diário de Campo. A leitura, interpretação e análise dos dados seguem os princípios da análise de conteúdo de Bardin (2011), fundamentadas em ideias de autores como: Vygotsky (1998), Magalhães (2005), entre outros. **Resultados e Discussões:** Ao tratarmos da concepção dos entrevistados sobre inclusão escolar, percebemos um discurso que se coaduna com o que está posto na literatura. Porém, na realidade de sala de aula observada, esse discurso não se reproduz de forma assertiva e constante. Ressaltamos a necessidade de compreensão de que para o discurso tornar-se uma prática, dentro de nossas escolas não depende apenas do professor, mas, também, das condições que a eles são oferecidas para a concretização de práticas pedagógicas inclusivas. No que concerne à concepção de deficiência visual, observamos que não há uma compreensão conforme aponta a literatura, tendo em vista que eles respondem de forma generalizada, em alguns casos até confundindo o conceito de deficiência visual com a concepção sobre a pessoa nessa condição, como é o caso de uma das entrevistadas, demonstrando assim pouco conhecimento científico. O que contribui para o desenvolvimento de práticas aleatórias às

peculiaridades inerentes ao aluno com deficiência visual. Quanto à concepção do sujeito com deficiência visual, as respostas de duas das professoras nos levam a perceber certa sensibilidade ao olhar do ponto de vista do outro, ou seja, da pessoa com deficiência, como alguém que considera a sua condição de deficiência de forma natural, logo que não se percebe como um sujeito incapaz, mas como alguém que *possui uma limitação* que a faz necessitar *de ajuda externa* para fazer o que não consegue fazer sozinha. No entanto, em nossas observações vimos que essa condição e sujeito precisam ser melhor percebidos e considerados na prática daquelas professoras, uma vez que a deficiência visual não provoca alterações na potencialidade do aluno para estabelecer relações com pessoas, objetos e fatos. Sendo assim, não representa limitações no que diz respeito a satisfazer necessidades básicas e responder significativamente aos estímulos que o rodeiam (SILVA, 2014, p.53). **Conclusões:** Os dados apontam que o maior entrave a inclusão do aluno com baixa visão na escola, campo de pesquisa, é a inexistência de formação na área da deficiência visual e a falta de apoio pedagógico e de materiais. Falta articulação dos gestores em promover formação continuada aos professores. É preciso rever concepções para redimensionar o olhar e as práticas pedagógicas junto a alunos com baixa visão.

Palavras chaves: Inclusão Escolar; Concepções e Conhecimentos; Práticas Pedagógicas; Deficiência Visual.

Referências:

- ALVES, Cássia Cristiane de Freitas. **Uso de recursos da informática na educação de escolares deficientes visuais:** conhecimentos, opiniões e práticas de professores. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CANDAU, V. M. F. (Coord.) et al. **Somos todos iguais?:** escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- YIN, Robert .K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- MAGALHÃES, A. G. et al. **A formação de professores para a diversidade na perspectiva de Paulo Freire.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 2005, Recife. **Anais.** Recife: UFPE, 2005.
- SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação inclusiva:** prática pedagógica para uma escola sem exclusões -1.ed.- São Paulo: Paulinas, 2014.(Coleção Pedagogia e Educação).
- VYGOTSKY, L. S. **Obras Escoridas V - Fundamentos em Defectologia.** Madri: Visor, 1998.